



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"**

**LEI Nº 409/2001**

**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições.

Faz saber que Ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei.

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública do Município, vinculado a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, que terá suas ações nos termos desta Lei.

**Art. 2º** - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Trânsito e Segurança Pública e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação no Município.

**Art. 3º** - As atividades de particulares em exercício efetivo das funções atribuídas por esta Lei será considerada de interesse público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

**Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública não serão remunerados a qualquer título.

**Art. 4º** - O Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública não terá fins lucrativos e toda a sua renda e seu patrimônio serão aplicados na realização de seus objetivos e programas.

**Art. 5º** - O atendimento as políticas previstas nesta Lei será feito através de um conjunto de ações governamentais e não governamentais, assegurando-se a todos o tratamento com dignidade e respeito e à convivência familiar e comunitária.

**Parágrafo Único** - A proteção jurídico-social compreenderá as entidades de defesa existentes na comunidade.

**Art. 6º** - As ações a que se refere o artigo anterior serão implementados através de políticas e programas preventivos de segurança.

**Parágrafo Único** - O atendimento das solicitações/providências nesta Lei, para efeito de agilização, será efetuada de forma integrada entre os órgãos dos poderes públicos da comunidade.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"**

**SEÇÃO I**  
**DA COMPETÊNCIA**

**Art. 7º** - Compete ao Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública :

- I – Promover o engrossamento entre as autoridades e membros de segurança e a comunidade;
- II – Apresentar sugestões e reivindicações, contribuir com iniciativas , obras , atos e movimentos para melhoria dos órgãos de Trânsito e Segurança Pública;
- III – Envidar todos os esforços para a garantia de segurança do cidadão;
- IV – Gerir o Fundo Municipal do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública;
- V – Elaborar o seu Regimento Interno.

**SEÇÃO II**  
**DA ESTRUTURA BÁSICA DO CONSELHO**

**Art. 8º** - O Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública será formado em número ímpar , por membros evidenciados por notória honestidade e dedicação às causas sociais do Município , sendo composto por representantes a serem nomeados pelo senhor Prefeito Municipal, obedecendo aos seguintes critérios :

- I - 01 (um) representante do Poder Executivo ;
- II - 01 (um) representante do Poder Judiciário ;
- III - 01 (um) representante do Ministério Público ;
- IV - 01 (um) representante da Polícia Civil do Município
- V - 01 (um) representante da Polícia Militar do Município;
- VI - 02 representantes de Associações legalmente constituídas, em regular funcionamento.

**Parágrafo Único** – As associações e entidades legalmente constituídas e em regular funcionamento, procederão a seu pedido , por escrito, de inscrição como membro do Conselho.

**Art. 9º** - O Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública será composto de :

- I - Diretoria Executiva
- II - Conselho Fiscal.

**§ 1º** - A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública será composta por :

- a) 01 (um) Presidente;
- b) 01 (um) Vice-Presidente;
- c) 01 (um) Secretário;
- d) 01 (um) Tesoureiro;
- f) 01 (um) Assessor Jurídico;

**§ 2º** - O Conselho Fiscal terá composição e atribuição dos seus membros, nos termos do Regimento Interno.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"**

**Art. 10** – Os diretores terão mandato de 01 (um) ano, sendo permitida uma recondução .

**Art. 11** – A eleição, forma de realização , prazos e pré-requisitos de inscrição , serão regulamentados pelo Regimento Interno.

**SEÇÃO III**  
**DAS ASSEMBLÉIAS**

**Art. 12** – O Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública reunir-se-á em Assembléia Geral Ordinária, pelo menos uma vez ao ano para deliberar sobre :

- I - Eleição de nova diretoria;
- II - Prestação de contas do exercício anterior;
- III - Relatório das atividades executadas;
- IV - Programa de exercício futuro;
- V - Outros assuntos constantes da ordem do dia.

**CAPÍTULO II**

**DO FUNDO MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA PÚBLICA**

**SEÇÃO I**  
**DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO**

**Art. 13º** - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Municipal para prover os programas de incremento ao trânsito e a segurança pública a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal de Trânsito e segurança Pública.

**SEÇÃO II**  
**DA CONSTITUIÇÃO E GERÊNCIA DO FUNDO**

**Art. 14** – O Fundo constitui-se de :

- a) Dotações orçamentárias que visem o regular funcionamento do Conselho;
- b) Doações de entidades nacionais e internacionais de direito público e privado;
- c) Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- d) Contribuições voluntárias;
- e) Produtos de aplicações de recursos disponíveis;
- f) Produto de vendas de materiais , publicações em eventos realizados e outras fontes que a Lei determinar;
- g) Outros recursos que lhes forem destinados .

**Art. 15** – O Fundo será gerido pelo Presidente da Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública , em conjunto com o Tesoureiro , ficando responsável pelas prestações contas e apresentação de balanços, na forma





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"**

estabelecida no Regimento Interno, respeitada a legislação específica, com aprovação do Conselho Fiscal.

**SEÇÃO III**  
**DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO**

**Art. 16** – A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública, em relação ao Fundo Municipal, deverá :

- I \_Registrar os recursos orçamentários próprios do Município, ou a ele transferidos, em benefício desta Lei;
- II Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo;
- III Manter o controle escritural das aplicações financeiras;
- IV Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento, segundo as resoluções do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 17** – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de crédito suplementar para as despesas de manutenção do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública.

**Art. 18** – Até a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, a administração do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública e do Fundo será feita pelo Poder Executivo.

**Art. 19** – No prazo de 120(Cento e Vinte) dias deverá estar em vigência o Regimento Interno, elaborado pelos membros do Conselho e ratificado por Decreto do Senhor Prefeito Municipal.

**Art. 20** – Em caso de dissolução do Conselho Municipal de Trânsito e Segurança Pública, o seu patrimônio reverterá ao Município.

**Art. 21** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino 20 de agosto de 2001

  
Francisco Ferreira Mendes Júnior  
Prefeito Municipal